



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 09, DE 26 DE MARÇO DE 2020.**

Exma. Sra.  
DD. Raquel Moraes  
Presidente da Câmara Municipal  
Sapucaia do Sul – RS  
Nesta.

**Senhora Presidente,**

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, utilizando a prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para apreciação e voto, o incluso projeto de lei, que “Altera a Lei nº 3.172, de 3 de dezembro de 2009, que dá nova redação a lei que instituiu o Sistema de Controle Interno no Município”.

A alteração proposta corrige equívoco da Lei no tocante às funções gratificadas previstas para o Controle Interno do Município.

Enquanto o art. 5º da Lei Municipal nº 3172/2009 estabelece que haja três Funções Gratificadas Especiais – uma FGE-3 para a chefia e duas FGE-2 para analistas de nível superior; o art. 4º previu apenas um cargo de chefia e um de analista.

Assim, a proposta não traz repercussão financeira, pois já há previsão legal das funções gratificadas. Também não se latera o cargo em comissão do Controle Interno que está previsto na Lei referida.

Neste sentido, acrescenta-se mais um analista de nível superior para perceber a função gratificada prevista em lei, permitindo a lotação de mais um servidor efetivo no Controle Interno.

Ressalta-se que a medida vem no sentido de proporcionar maior qualificação e estímulo à equipe que desenvolve o controle interno no Município.

Cabe destacar, por fim, que o Tribunal de Contas vem apontando a necessidade de aprimoramento do controle interno de Sapucaia do Sul.

Por isso, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito a oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

  
LUIS ROGÉRIO LINK,  
Prefeito Municipal



**PROJETO DE LEI Nº (.....)/2020**

**Altera a Lei nº 3172, de 3 de dezembro de 2009,  
que dá nova redação a lei que instituiu o Sistema  
de Controle Interno no Município.**

O Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte,

**LEI :**

**Art. 1º** Fica alterada a redação do inciso II e do § 1º do art. 4º da Lei nº 3172, de 3 de dezembro de 2009, que dá nova redação a lei que instituiu o Sistema de Controle Interno no Município, que passam a vigorar conforme segue:

“Art. 4º .....;

II - dois (2) analistas de operações financeiras, contábeis e orçamentárias, com experiência comprovada em administração pública municipal, preferencialmente com nível de qualificação superior com a função de averiguar os planos, métodos e procedimentos utilizados pelos órgãos da Administração, a fim de assegurar que os objetivos sejam alcançados, evidenciando eventuais desvios;

.....

§ 1º Os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno serão escolhidos pelo Prefeito Municipal dentre os servidores, sendo três (3) detentores de cargo de provimento efetivo e estável e um (1) cargo em comissão com experiência comprovada na Administração Pública Municipal.

.....”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA.

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, no auditório da Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, realizou-se Reunião mensal da Comissão Técnica. Anexa folha onde constam assinaturas dos presentes. A reunião iniciou abordando o assunto sobre a compensação a ser feita pelas Lojas Pompéia. Anteriormente havia sido acordado que eles revitalizariam o bicicletário municipal, porém não foi possível, pois não obtiveram acordo com a Trensurb. Sendo assim, foi retomada a idéia inicial para que eles implantassem a Academia ao Ar Livre na Praça Palestina onde será elaborado um Termo de compromisso que será devidamente assinada pelas partes. Foi trazido novamente o motivo que levou a esta compensação e ressaltaram que como esse prédio já havia sido aprovado anteriormente com o I.A extrapolado, e devido às melhorias que estão sendo feitas no novo prédio, como acessibilidade e modernização, ficou decidido em manter o que já estava acordado. Outro assunto abordado foi sobre o condomínio a ser implantado na Rua dos Sinos (13649/2019 - Vaimar Consultoria de Investimentos LTDA-ME). Já havia sido discutido em uma reunião anterior sobre o empreendimento interferir ou não no fluxo desta rua, porém foi feito um levantamento no local e verificaram que a rua não possui fluxo que o empreendimento pudesse atrapalhar. Uma sugestão que foi dada a eles anteriormente, de comprarem os terrenos lindeiros para um possível desvio de fluxo para outras ruas, não foi possível e nem viável. Sendo assim, eles protocolaram o EIV e também o EIT para ser analisado e posteriormente liberado. O EIT será encaminhado à Secretaria de Segurança e Trânsito para o mesmo ser analisado pelo Engenheiro responsável. O próximo assunto abordado, já havia sido discutido na última reunião do CONGEPLAD, porém para um caso específico. É referente ao Art.67 do Plano Diretor que informa altura máxima a ser construída em ZI, que era de 9,40m e, após discussão será alterada para 14m. Nesta reunião de hoje o assunto retornou para que fosse alterada a altura também nas áreas residenciais, passando a ser de 12,40m, e que foi decidido pela alteração por todos os presentes. Quanto ao EIV referente ao E.A 24511/2019 - Lourenço e Souza Advogados Associados, o Arquiteto Deni já fez a primeira análise e verificou o seguinte: - Terão que solicitar as licenças ambientais, - Solicitarão licença na Aeronáutica em função do Heliponto que terá no empreendimento, - Farão a implantação do gabarito oficial da rua, - Terão caixas para reuso da água, - Acessibilidade, - Foi solicitado EIT, entre outras coisas. Para este empreendimento foi verificado que deverá ser feita Audiência Pública, ou seja, uma para apresentação e outra para definição. Esta audiência deverá preferencialmente acontecer nas proximidades do local (Bairro Colonial). Foi trazida a questão da mudança de ZEIS I para ZEIS II na área descrita na Lei Nº 3387 de 13 de agosto de 2012. A ZEIS I pode ter obras executadas apenas pelo poder público, já na ZEIS II podem ser executadas pela iniciativa particular e também pelo poder público. Esta Lei havia sido criada, pois o estado iria utilizar a área para reassentamento





das famílias da RS-118, porém o estado desistiu. Para que os proprietários possam utilizá-la deverá ocorrer uma alteração da lei para ZEIS II. Para uma parte desta área a Secretaria de Meio Ambiente propôs a implantação de um parque Ambiental, pois possui nascentes no local, o que impediria qualquer implantação de empreendimentos. Ficou decidido, nesta reunião pela alteração do uso da área e para isso será encaminhado Memorando à PGM para assim realizarem a alteração. Quanto ao E.A 1556/2020 (Izoel e Ferri e Cia) onde eles pretendem implantar uma Usina de Beneficiamento de Resíduos da construção civil, o que está impedindo é que na ZI onde está localizado, não é permitida esta atividade. Foi visto que não teria problemas em ter este empreendimento na referida Zona, portanto será enviado memorando à PGM solicitando orientações de como proceder para que seja alterado texto do Plano Diretor. O último assunto abordado foi referente à falta de legislação quanto à solicitação, por parte do requerente, de habite-se parcial. Hoje se entende que somente poderá ser solicitado habite-se parcial quando o mesmo possuir projeto aprovado e forem unidades com acessos individuais. No processo de regularização somente poderá ser fornecido o habite-se total, não podendo ser solicitado habite-se parcial. O que foi discutido é que deve ser revisto o texto do Plano Diretor e Código de Obras quanto a este assunto, para que fique claro o que e como poderá ser fornecido estes habite-se parciais, até mesmo para que os fiscais fiquem resguardados ao que está sendo liberado ou não. Assim foi dada por encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada e assinada por mim. Alhandra de S. G. P. Pereira – Oficial Municipal – Téc. em Edificações – Matrícula 7207

## Ata de Reunião do CONGEPLAD – 30/01/2020

Iniciados os trabalhos e questionado sobre a presidência da reunião na falta da titular do cargo, Sra. Bernadete Konzen, o Sr. Ademir José Sauthier (Vice-Presidente), concedeu a liderança da pauta ao Sr. José Luiz Daudt (Secr. SMPUH) por estar a par dos itens a serem discutidos.

Por solicitação do interesse do Sr. Vilmar Lourenço, foi posto em discussão a possibilidade de elevar a altura máxima das construções de 9,4m para 12,0 metros de pé direito no bairro Colonial, devido ao padrão de empilhadeiras utilizadas atualmente, de forma a maximizar a produtividade das empresas interessadas em se instalar no local.

Foi citado que o empreendedor já recebeu assédio de outros dois municípios (Gravataí e Nova Santa Rita). É de inteiro interesse da Prefeitura de Sapucaia do Sul receber o investimento de 34 milhões e que já conta, inclusive com grandes empresas interessadas no espaço, o que traria empregos desenvolvimento à cidade.

O Eng. Tadeu manifestou que concorda com a mudança através de lei específica para este empreendimento.

O resultado da votação se deu de forma unânime apoiando que o Art. 67 do Plano Diretor seja modificado afim de contemplar a altura máxima de 14,0 metros (já prevendo um eventual aumento da capacidade dos equipamentos de carregamento), exceto para projetos com fins residenciais.

O segundo item a ser discutido foi trazido por interesse de Augusto Viana Dilkin, sobre a possibilidade de autorizar a regularização de deck na calçada onde funciona uma padaria. O gabarito da calçada é de 4,5 metros e atualmente o recuo da construção é de 7,4 metros. O requerente solicitou o uso de 1,5 metro do gabarito para a disposição do deck, deixando 3,0 metros livres para circulação.

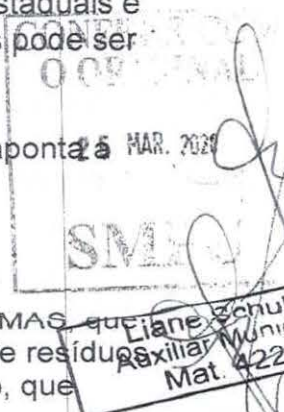
Em votação, por unanimidade, foi decidido que a legislação atual deve ser respeitada. Portanto, não foi concedida a autorização para o uso do espaço destinado ao passeio público para disposição do deck.

O terceiro assunto, proposto Sr. Ademir, foi a respeito Lei Federal 13.913 de 25/11/1979 que traz mudanças sobre o recuo não edificandi em rodovias estaduais e federais. Tal lei apresentada, normatiza que o recuo padrão de 15,0 metros pode ser reduzido através de Lei Municipal para um mínimo de 5,0 metros.

Propõe-se que passe a vigorar a Lei Municipal 2896/2006, art. 79 que aponta a tabela 5 do anexo 7, que determina o recuo mínimo de 6,0 metros.

Por unanimidade, foi acatada a requisição do Sr. Ademir.

O quarto tema tratado, proposto pelo Secr. Adriano Mazzuchello da SEMAS, que seja definido se a Licença de prévia da CETRAC – Central de tratamento de resíduos da construção civil, continua válida após a mudança da Lei de Zoneamento, que impediria a instalação do empreendimento caso viesse a ser analisado sob a ótica da nova legislação.





Foi levantado que não há período de transição de pedidos de licença já protocolados.

Chegou-se à conclusão por maioria, que as licenças emitidas e ainda dentro do prazo de validade, devem ser tratadas conforme como foram aprovadas na legislação do período.

Não necessitando de especificação de período transitório, já que a validade da Licença já faria este papel. Porém a fim de evitar interpretações diversas, opina-se pelo encaminhamento de um projeto de lei para transição de mudanças de zoneamento.

Estiveram presentes na reunião:

Rita Machado Rodrigues

Marcelo Isoppo Machado

Abner Tadeu Wilkens Cavalcante

Ademir José Sauthier

Cezar Schuck

Paulo Markeuis

Adriano Mazzuchello

Alex Sandro Vargas de Lima

Elisandro Bonai

Maurício Ferreira de Almeida

Átila Vladimir de Andrade

João Batista Nunes Meira

José Luiz Daudt

Alhandra de Souza Garces Pacheco Pereira





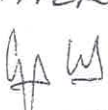
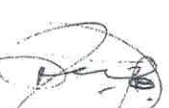
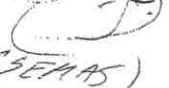




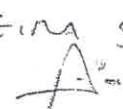
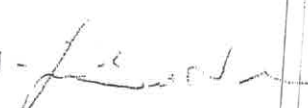
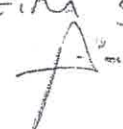
Sapucaia do Sul, 31 de janeiro de 2020.



Liane Schultz  
Auxiliar Municipal  
Mat. 4227

LISTA DE PRESENÇA 30/01/2020

CONGEPLAD

- 1 - Rita Machado Rodrigues  rita.machado.rodrigues@hotmail.com
- 2 - MARCELO ISOPPO MACHADO  MARCELOISOPPO@GMAIL.COM
- 3 - ABNER TADEU WILKENS CAVALCANTE 
- 4 - ADEMIR JOSÉ SAUTHIER 
- 5 - COZAR SCHUCK -  cozarschuck@igmail.com
- 6 - PAULO MARKEVIS (SMICAA)  PAULO.MARKEVIS@GMAIL.COM
- 7 - ADRIANO MARZUHELLO (SEARS) 
- 8 - Alex Sandro Vargos de Lima  SMSMV
- 9 - Vinícius Bonini  SMST
- 10 - Maurício Ferreira de Almeida  SMF MFAPLAD100@HOTMAIL.COM
- 11 - Atila Vladimiro Andrade  SMPUH.
- 12 - João Batista Nunes Meira  SMPUH/DH - 
- 13 - José Luiz Dutra 



Liane Schultz  
Auxiliar Municipal  
Mat. 4227